



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PREÂMBULO

PROCESSO N° 050/2024
PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2024
DATA DA REALIZAÇÃO: 16/07/2024
HORÁRIO: 09h00m
LOCAL: Sala de Reuniões do Paço Municipal – Av. Pedro Toledo, 386 -
Centro – Promissão/SP. – CEP: 16.370-051

A **PREFEITURA DE PROMISSÃO**, através do Setor de Licitações, TORNA PÚBLICO que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n° 007/2024**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, PROCESSO n° 050/2024**, objetivando a contratação de empresas especializadas para locação de equipamentos, organização e execução da Festa do Peão de Boiadeiro do município de Promissão, a ser realizada nos dias 01 a 03 de agosto de 2024, que será regida pela Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS), Lei Complementar **123/2006**, alterada pela Lei Complementar Federal n° **147/2014** e Decreto Municipal n° **6.964/2023**, que regulamenta a aplicação da nova lei de licitação no âmbito municipal e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

USO DO PREGÃO PRESENCIAL E DA INVERSÃO DE FASE

A opção pela modalidade presencial em que pese ser exceção para municípios acima de 20 mil habitantes, esta prevista no § 2º, do artigo 17, da Lei Federal n° 14.133/2021, quando motivada.

No presente a complexidade do objeto, a necessidade de agilidade, somado aos problemas existentes em licitação do mesmo tipo no ano de 2023, justifica o uso na forma presencial.

O principal aspecto a ser observado no que se refere à opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação, sem prejuízo à competitividade. Como se sabe a legislação prevê o uso da modalidade pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, todavia, a norma admite a adoção do pregão presencial de forma a permitir, entre outras peculiaridades que podem ocorrer na forma eletrônica, a inibição, por exemplo, da apresentação de propostas insustentáveis em face do tipo de serviços, que podem atrasar os procedimentos e aumentar custos, além de atrasos na execução. Na forma presencial têm-se menos procedimentos burocráticos, além do que, na forma presencial há maior possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão e facilidade na negociação de preços, além do que a verificação das condições de habilitação técnica das licitantes, evitando inclusive apresentação de propostas que não preenchem as condições de habilitação através de documentos verossímeis e adequados ao objeto, evitando propostas que não sustentam,



causando morosidade e embaraços no certame, além do que o Pregão ainda que na modalidade presencial cumpre inclusive as disposições de Lei tais como o princípio da publicidade que garante a transparência dos atos na realização da mesma, que são cumpridos na forma da Lei.

Diante da complexidade do objeto, haverá, conforme consta em Termo de Referência a inversão de fases quanto a habilitação e julgamento das propostas, nos termos que dispõe o § 1º, do artigo 17, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O objeto é complexo, sendo a execução em um formato que não poderá haver qualquer falha – simples situações, ainda que hipotéticas - demonstram enormes problemas na execução.

Sabe-se que para realização de um evento nessa magnitude, a Prefeitura Municipal esta promovendo diversas contratações, como a exemplo de grandes shows com artistas renomados, a valores significativos, logo é primordial que as empresas a serem contratada para a execução dos serviços mencionados neste termo, sejam capazes de executa-los, sem risco ao município, que venham a prejudicar ou mesmo impossibilitar a realização.

Não poderá haver riscos de às vésperas do evento ocorrerem falhas ou o objeto não ser executado conforme as exigências, vista que isso resultaria em enormes prejuízos financeiros a Prefeitura Municipal e até mesmo na impossibilidade de realização do evento.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada na Sala de Licitações, situada à Av. Pedro de Toledo, 386, CEP 16.370-000 – Promissão/SP, neste município, iniciando-se no dia **16 de julho de 2024 às 09h00** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

O **critério** de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observado as especificações técnicas constantes do Termo de Referência anexo e demais condições definidas neste Edital, observando que o modo de disputa a ser utilizado é o **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

Para a presente licitação serão ainda observados:

a) O Contrato: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste edital da licitação e nas propostas a serem apresentadas nos termos do presente Edital;

b) órgão Gerenciador: A Secretaria Municipal de Administração será a responsável pela condução do conjunto de procedimentos para o pregão e pelo gerenciamento do contrato decorrente do presente Edital;



- c) **órgãos participantes:** Todos os setores/divisões atendidos com o produto/serviço pela Prefeitura;
- d) edital e seus anexos poderão ser obtidos através da Internet pelo endereço: licitacao@promissao.sp.gov.br, ou no Departamento de licitações, localizado na Av. Pedro de Toledo, 386, CEP 16.370-000 – Promissão/SP;
- e) licitação será conforme os itens contidos no Termo de Referência do presente Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;
- f) informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações pelo telefone (14) 3543-9000;
- g) as questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Administração.

I - DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto o **MENOR PREÇO POR LOTE** para contratação de empresas especializadas para locação de equipamentos, organização e execução da Festa do Peão de Boiadeiro do município de Promissão, a ser realizada nos dias 01 a 03 de agosto de 2024, conforme descrições no Termo de Referência deste Edital, pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

2. Nos termos da Lei Federal 14.133/21 deverá ser considerado:

- a) especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida/contratada, será observada as disposições constantes do Anexo (Termo de Referência);
- b) a quantidade mínima a ser cotada são as constantes do Anexo (Termo de Referência);
- c) não haverá possibilidade de prever preços diferentes para um mesmo Lote;
- d) não haverá possibilidade de o licitante oferecer quantitativo inferior ao máximo previsto no Anexo (Termo de Referência);
- e) o critério de julgamento da licitação será o de menor preço por lote, sendo obrigatória a cotação de todos os itens do mesmo lote, indicando o valor de cada item;
- f) as condições para alteração de preços são as previstas neste Edital.
- g) poderá haver registro de mais de um fornecedor para o mesmo Lote nos termos previsto neste edital, conforme regra o artigo 61, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- h) fica vedado à participação do órgão gerenciador ou daqueles participantes em mais de um contrato com o mesmo objeto aqui licitado e durante os prazos contratados.

II - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – artigo 164 e seguintes:

1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO PRESENCIAL** ou ainda para **impugnar este Edital**, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, conforme dispõe o artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, no Protocolo Municipal, sito no Departamento de



licitações, localizado na Av. Pedro de Toledo, 386, CEP 16.370-000 – Promissão/SP, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: licitação@promissao.sp.gov.br.

1.2. A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao **último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

1.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização deste **PREGÃO PRESENCIAL**.

2. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: licitação@promissao.sp.gov.br, nos termos do artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao **último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas nos mesmos veículos de divulgação do Comunicado de Abertura da Licitação e vincularão os participantes e a administração.

III - DA PARTICIPAÇÃO

1. A participação neste Pregão é ampla para todas as empresas do ramo de atividade, inclusive com a possibilidade de micro e empresas de pequeno porte nos termos da Lei, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

1.1. Consideram-se Microempresas **(ME)**, Empresas de Pequeno Porte **(EPP)** e Microempreendedor Individual **(MEI)** aptos à participação no presente certame, àqueles que preenchem os requisitos do Decreto Federal nº 8.538/2015, Art. 3º c.c. Art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014.

2. Será vedada a participação de empresas:



- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3. Serão aceitos os envelopes recebidos por correio ou protocolizados antecipadamente junto ao Setor de Licitações, desde que isso ocorra antes do horário previsto para a realização da sessão pública, não havendo necessidade de representante credenciado, no entanto, a empresa estará automaticamente renunciando aos direitos consagrados àquelas empresas que estarão credenciadas.

4. Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos.

5. Não haverá reserva de cota tendo em vista a inexistência de no mínimo 3 (três) empresas locais e regionais do ramo, bem como em defesa do princípio da economicidade dos recursos públicos.

6. Os signatários deste instrumento, por força da Lei Federal nº 13.709/2018, dão ciência da utilização de dados para fins de transparência e publicidade exigidas em lei.

IV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1. Os recursos financeiros para as despesas com a execução do objeto serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente para 2024, e seguintes:

02 PODER EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
020201 Divisão de Administração Geral
 04 Administração
 04 122 Administração Geral
 04 122 0003 SUPORTE ADMINISTRATIVO
 04 122 0003 2007 0000 MANUT. DAS FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES
Ficha 049 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

V - DO CREDENCIAMENTO

1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) **tratando-se de representante legal:** cópias simples do estatuto social, contrato social completo, requerimento de empresa individual completo ou outro instrumento de registro comercial



registrado na Junta Comercial completa ou qualquer outro ato constitutivo de empresa registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

a.1) sendo pessoa física deverá apresentar cópia simples do CPF e RG (podendo ser substituído por outro documento que contenha estes dados);

b) tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular, emitido pelo representante da empresa ou pela pessoa física, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) cópia da certidão da junta comercial do ente estadual, emitida a menos de 90 (noventa) dias comprovando a condição de enquadramento da licitante, observado a responsabilidade do licitante disposta no § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

c.1) A critério do Pregoeiro, poderá ser realizado diligência para fins de comprovação do enquadramento, inclusive quando não apresentado o documento probante, observando a responsabilidade do participante no tocante ao disposto no artigo 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3. Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

4. A falta do Credenciamento no início da sessão de abertura do pregão ou a ausência do credenciado em qualquer ato seguinte importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5. Eventuais falhas nos documentos apresentados que não venham a comprometer o certame, prejudicar terceiros e não impeçam de auferir os poderes do representante e o ramo de atividade, poderão ser relevadas a critério do Pregoeiro.

6. Os documentos do Credenciamento deverão estar fora dos envelopes propostas e habilitação.

7. O representante se responsabiliza pela autenticidade dos documentos apresentados sem autenticação e sem reconhecimento de firma.

8. A licitante fica ciente de que está sujeita à vistoria prévia da Prefeitura Municipal em suas instalações, para constatar itens necessários, para o bom andamento do contrato-quando for o caso.

9. Não será admitido o credenciamento para concorrer no mesmo LOTE, de empresa que possuam vínculo entre seus sócios, diretores ou representantes, evitando a frustração da competitividade.

10. A Administração informa que as pregoantes que não se fizerem representar por pessoa devidamente acreditada poderão encaminhar os envelopes **01- Habilitação** e **02- Proposta**



pessoalmente ou via correios, sabendo desde já que o não comparecimento pessoal na Sessão do presente certame gera expressa renúncia ao direito de renovação dos lances e abdicação do direito de eventualmente recorrer da decisão tomada, uma vez que no caso do Pregão (art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021), deve ser manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso.

11. No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a Sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com **duração mínima de 15 (quinze) minutos.**

12. O prazo previsto acima poderá ser reduzido caso, comprovadamente, todos os participantes já tenham se apresentado para o credenciamento. Estando todas as licitantes representadas por credenciados e, por decisão do Pregoeiro, poderá ser iniciado o ato de abertura dos envelopes contendo as propostas, dando-se por encerrado o credenciamento.

VI - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

1. Além do **CREDENCIAMENTO** deverá ser apresentado fora dos envelopes nº 01 e nº 02 também, a declaração unificada, cujo modelo segue anexo.

2. Os documentos para habilitação e a proposta deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO

Envelope nº 01 - Habilitação

Processo Licitatório nº.....
Pregão Presencial nº
(Nome do Proponente)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO

Envelope nº 02 - Proposta

Processo Licitatório nº
Pregão Presencial nº
(Nome do Proponente)

3. Quando remetidos pelos Correios, os dois envelopes do exigidos no subitem anterior devidamente identificados deverão estar acondicionados em um terceiro envelope, juntamente com os documentos de credenciamento exigidos pelo **item III - Do Credenciamento**, devidamente endereçado na forma abaixo e entregues até a hora limite, determinada no preâmbulo deste edital, com os seguintes dizeres:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO

Av. Pedro de Toledo, 386, CEP 16.370-051 –

Promissão/SP **Setor de Licitações**

Processo Licitatório nº.....

Pregão Presencial nº

(Nome do Proponente)

4. A Administração não se responsabilizará pelo eventual atraso na entrega dos envelopes. Ocorrendo essa situação e não sendo protocolados os envelopes no horário determinado, a empresa será desclassificada.

5. A remessa via postal implicará na renúncia do licitante em credenciar preposto para representá-lo na sessão de procedimentos do Pregão, assim como importará preclusão do direito de ofertar lances verbais e de manifestação de intenção de recorrer, e, ainda, na aceitação tácita das decisões tomadas na sessão respectiva.

6. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

7. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia simples, sendo que o representante da licitante se responsabiliza pela autenticidade dos documentos, podendo o Pregoeiro promover diligência para verificação.

VII - DO VALOR ESTIMADO(ART. 23) E DO PRAZO DO CONTRATO (ART. 106 e 107):

1. O valor **total** estimado para a presente contratação tem como parâmetro de preços constante dos autos, aferido nos termos do artigo 23 da Lei Federal no 14.133/21, não sendo divulgados sob a justificativa de não permitir eventual frustração da competitividade.

2. O prazo do presente **PREGÃO PRESENCIAL MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo o prazo contratual conforme previsto no Termo de Referência, qual seja, de 01 (um) ano, contados da assinatura do CONTRATO.

VIII –DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

Serão abertos os envelopes de todas as empresas credenciadas.

Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual e fechado, conforme relação a seguir:

HABILITAÇÃO JURÍDICA - ARTIGO 66, LEI FEDERAL 14.133/2021

1. Contrato social/ Declaração de Firma Individual/Certidão Completa da Junta Comercial.



2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Obs. Estes documentos serão dispensados se apresentados no credenciamento.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA – ARTIGO 68, LE FEDERAL 14.133/2021

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos apenas do licitante melhor classificado (inciso III, artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/2021). Assim, o licitante poderá apresentar juntamente com os demais documentos de habilitação ou em envelope separado que ficará em posse do Agente de Contratação para ser aberto somente em de ser declarado vencedor.

HABILITAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL - ARTIGO 67, LE FEDERAL 14.133/2021

Qualificação Técnica Operacional para LOTE 01

- Certificado de Regularidade da Pessoa Jurídica (licitante) junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMVSP);
- Registro (licitante) na Coordenadoria de Defesa Animal, como entidade promotora de eventos de concentração animal, em cumprimento ao que preceitua o artigo 37 de Decreto nº 45.781 de



27/04/2001, que regulamenta a Lei 10.670 de 24/10/2000, que estabelece as normas de medidas de Defesa Animal do Estado de São Paulo.

- Comprovação de que possui no quadro da empresa médico veterinário que será responsável pela execução do contrato. Essa comprovação se dará pela apresentação do “Registro do médico veterinário no respectivo Conselho de Medicina Veterinária”, acompanhado de, no caso de sócio, contrato social, ou por registro em carteira ou por contrato de prestação de serviços, conforme sumula 25 do TCESP.
- O profissional deverá estar devidamente credenciado na Secretaria da Agricultura, para acompanhar todos os serviços desde a chegada dos animais ao evento até o término. Responsabilizar pelo GTA (Guia de Trânsito Animal) e Liberação do Evento, fazendo-se através de cadastro no EDA (Escritório de Defesa Agropecuária). Essas comprovações se darão pela apresentação do “Certificado de Cadastro para realização de Eventos de Concentração Animal” em cumprimento à Lei Federal 10.519/2002 e Lei Estadual 10.670 de 24/10/2000.

Para as empresas que participarem do LOTE 2 – banheiros (Atestado)

- Comprovante de registro nos órgãos competentes (Ministério da Justiça e Polícia Federal) **para as empresas que participarem do LOTE 3 - serviços de segurança.**

PARA TODOS OS LOTES - 01, 02 e 03:

- **Capacidade técnica operacional: comprovada por meio de ATESTADO fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, de acordo com SÚMULA Nº 24 DO TCESP**

1 O documento deverá ser apresentado em papel timbrado, assinado e identificado o subscritor, e conter as informações básicas: identificação dos elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades executadas.

2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4 Fica esclarecido que as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacidade técnico-operacional exigida neste subitem.

HABILITAÇÃO ECÔNOMICA FINANCEIRA - ARTIGO 69, LE FEDERAL 14.133/2021



1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

2. No caso de empresa licitante que esteja em recuperação judicial, apresentar nos termos da Lei, cópia do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital, nos termos da Sumula 50 do TCE/SP.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **90(noventa)** dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2. A licitante responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de crime de falsidade material (**Art. 297 e 298 do Código Penal**) ou ideológica (**Art. 299 do Código Penal**), ou ainda, de ser desclassificada, ou ver anulada a adjudicação, ou rescindido o seu Contrato.

3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

4. Os documentos deverão ser entregues e apresentados, preferencialmente, na ordem exigida no edital.

5. Após a habilitação, poderá a licitante ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

6. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer meio de cópia, sem necessidade de serem autenticadas (art.70, inciso I), situação em que o representante ou sócio da licitante assume total responsabilidade pela autenticidade, sem prejuízo do Pregoeiro promover diligência para verificação da mesma (art.64).

7. Não serão aceitos nenhum tipo de protocolo referente às certidões elencadas acima. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas, com efeito, de negativas.

8. Os envelopes que não forem abertos ficarão à disposição dos participantes para a retirada no período de 30 (trinta) dias. Passados os 30 (trinta) dias, serão destruídos pelo Departamento de Compras e Licitações.

9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado para a fase de abertura, análise, lances e julgamento da proposta.

10. As microempresas e de pequeno porte deverão apresentar todas as documentações exigidas acima.



11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista elencadas, somente serão exigidas para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação desses documentos, ainda, que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação (Ex. apresentação de certidão positiva);

12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação pagamento ou parcelamento do débito e emissões de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

13. A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14. As empresas inabilitadas, não poderão participar seguinte, ficando resguardado o direito de apresentação de recurso, o qual será unificado em fase única, após o julgamento das propostas.

14.1 A critério do Agente de Contratação, com auxílio da equipe de apoio e de demais setores, este poderá suspender a sessão para análise dos documentos de habilitação ou mesmo de questionamentos nesta fase.

IX - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”

1. Serão abertos todos os envelopes propostas dos licitantes habilitados na fase anterior, devendo as propostas serem apresentadas em impresso conforme o **ANEXO – MODELO DE IMPRESSO OFICIAL PROPOSTA**, em envelopes fechados, rubricadas e assinadas, manuscritas, datilografadas ou impressas, sem emendas ou rasuras, principalmente no que tange a valores e números suscetíveis de gerar dúvidas quanto a sua autenticidade.

1.1 Na proposta a ser apresentada deverão estarem inclusos todos os custos com a entrega do produto/execução do serviço, incluindo o pessoal eventualmente envolvido observando-se a integralidade dos custos para atendimento de eventuais direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho vigentes na data de entrega das propostas, bem como responderá a contratada por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados à CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, cuja demonstração deverá ser realizada pela apresentação da Planilha de Preços e Quantitativos conforme modelo no Anexo do presente Edital, inclusive custos de transportes e fretes para a entrega no local determinado.

2. A proposta deverá conter:



- 2.1. Preços unitários e totais de cada item e lote**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 2.2.** Indicação/especificação dos materiais, produto, equipamentos ou serviços, marca e modelo (se houver);
- 2.3.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 2.4.** Prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.
- 2.5.** A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação, observado o item 2.1.
- 2.6.** Condições de pagamento: o pagamento deverá ser realizado em até 10 (dez) dias da data confirmação da execução dos serviços pelo fiscal ou comissão de fiscalização, mediante emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
- 2.7.** A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.
- 3.** Deve constar ainda da proposta o e-mail através do qual serão realizados os pedidos pelo Setor de Compras, bem como número de telefone do responsável.
- 4. Eventuais falhas no preenchimento da proposta que não venham a comprometer o certame ou prejudicar terceiros poderão ser relevadas a critério do Pregoeiro.**
- 5.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital e seus Anexos.

X - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 1.** No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 2.** Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão o Pregoeiro em envelopes separados, os documentos de habilitação(**Envelope nº 01**) e a proposta de preços(**Envelope nº 02**).
- 2.1.** Iniciada a abertura do primeiro envelope documentação estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.



3. O Pregoeiro promoverá a abertura dos envelopes 01 – Documentos habilitação, das licitantes credenciadas, promovendo a análise dos documentos apresentados conforme exigido no edital, se valendo do disposto no termo de referência.

4. Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados neste edital para fins de habilitação, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

4.1. Para efeito de assinatura do contrato, a licitante habilitada deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.2. A comprovação de que trata o subitem 4.1 deste item deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias os licitantes serão declarados habilitados e aptos a participarem da fase de lance.

6. Se a licitante desatender as exigências para a habilitação este será declarado inabilitado, sendo impedido de participação da próxima fase.

7. Encerrada a fase de habilitação o pregoeiro, em conjunto com a equipe de apoio, passará a análise dos envelopes propostas dos licitantes habilitados.

8. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme artigo 59, da lei Federal 14.133/2021, sendo desclassificadas as propostas:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances.



9.1. Para efeito de seleção será considerado menor preço por lote.

10. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

10.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

11. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores ao menor preço do lote, e poderá ser de forma livre por todos os licitantes, não havendo limite mínimo.

11.1. A aplicação do valor de redução entre os lances incidirá sobre o preço total do lote, **observado a obrigatoriedade da redução linear de cada um dos serviços descritos nos subitens.**

12. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

13.1. A convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (**cinco por cento**) ao valor da proposta melhor classificada, ocorrerá prontamente durante a fase de lance – portanto as licitantes não enquadradas deverão observar no momento da oferta do lance o percentual de redução.

13.1.1. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 13.1.

13.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 13.1.

13.3. Caso a vencedora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 13, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.



14. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 8.1 e 8.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 8, com vistas à redução do preço.

15. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

15.1. Como critério de aceitabilidade da proposta classificada será observado **(artigo 59 da Lei 14.133/21):**

a) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação – permitida a diligência no caso de inexequíveis;

b) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

c) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

15.2. Em ocorrendo a desclassificação devido a proposta ser em valor superior ao estimado, poderá ser convocado os demais licitantes convocados par negociação.

16. Declarando o vencedor, o pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas, com base na aplicação subsidiária da regra o artigo 61, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.1. A Prefeitura procederá com o registro na própria ata da sessão das licitantes que aceitarem registrar seus preços idênticos a vencedora, observada a ordem de classificação, a que alude o subitem 8 supra.

17. O registro a que se refere o item 16 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

17.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata item 16, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, conforme regra o § 1º, do Artigo 61, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades sanáveis nos documentos de habilitação ou propostas poderão ser saneadas na Sessão Pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos ilegíveis, ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

18.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.



18.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada ou a proposta desclassificada.

19. A critério do pregoeiro ou setor solicitante o certame poderá ser suspenso a qualquer momento para solicitação de apresentação de amostras ou diligência, inclusive com exigência de apresentação de documentos complementares, vedado a inclusão de documentos que deveria constar no processo desde a realização da sessão pública.

20. Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, conforme regra o artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XI - DOS RECURSOS – ARTIGO 165 E SEQUINTE DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, na própria sessão manifestar sua intenção de recorrer.

2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail licitacao@promissao.sp.gov.br, observando que a prefeitura não se responsabiliza pelo não recebimento do recurso.

5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:

6.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

6.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

6.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;



7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

9. **Não havendo recurso**, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

XII - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A sessão pública poderá ser reaberta:

1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

1.2. Quando houver erro na aceitação do preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta através de Comunicado a ser publicado nos mesmos endereços do Comunicado de Abertura do Certame.

XIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

XIV - DO PAGAMENTO



1. Os pagamentos devidos ao contratado serão efetuados na Tesouraria desta Prefeitura, no prazo de até 10 (dez) dias após a prestação de serviço, mediante apresentação de notas fiscais/faturas devidamente empenhadas, acompanhadas de relatório dos serviços prestados, assinado pelo fiscal do contrato.
2. Em sendo serviços de instalação de equipamentos, após a conclusão da instalação, conferida pelo fiscal do contrato e apresentação de documentos necessários, poderá ser efetuado o pagamento.
3. O pagamento será efetuado através de transferência bancária, sendo vedado negociar seus créditos com terceiros, dúvidas e informações poderão ser encaminhadas através do e-mail: licitacao@promissao.sp.gov.br.
4. O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades executadas, conforme tabela constante nesse termo.
5. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) O prazo de validade;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) O período respectivo de execução do contrato;
 - e) O valor a pagar; e
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
8. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice utilizado para correção anual dos tributos municipais.
9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



10. Não será permitida a antecipação de pagamento anterior à execução dos serviços.
11. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
12. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
13. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
14. **Havendo para o Lote I proposta negativa, em decorrência do desconto pertinente aos itens relacionados, a contratada deverá promover o pagamento aos cofres públicos da diferença em até 5 (cinco) dias anterior ao início do evento.**

XV - DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO OU REEQUILIBRIO DE PREÇOS E ADITIVO CONTRATUAL

1. O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado e nem reequilibrado, em decorrência do objeto e prazo de execução, salvo em ocorrendo eventual prorrogação da vigência contratual, ocasionado por responsabilidade da CONTRATANTE.
2. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
3. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados somente no Protocolo Municipal da Prefeitura Municipal de Promissão.
4. O contratado será obrigado aceitar, nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato conforme artigo 125 da Lei 14.133/2021.

XVI – DO CONTRATO

1. Após a adjudicação e a homologação, será elaborado o CONTRATO, cuja minuta constitui o deste Edital.
2. **O CONTRATO** será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal **em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento, podendo ser assinatura eletrônica.**



3. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Promissão – SP.

4. Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a imediata publicação do CONTRATO no Diário Oficial do Município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Promissão – SP (www.promissao.sp.gov.br).

5. **Constitui parte integrante do CONTRATO**, independente de sua transcrição, **o Anexo (Termo de Referência)** bem como **a proposta da empresa vencedora do CONTRATO**, para todos os efeitos legais.

6. A via do instrumento de CONTRATO, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias úteis após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

7. Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer o serviço, registrados em Ata da sessão desde que o preço registrado se encontre dentro dos praticados no mercado.

8. Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, será realizado novo Contrato.

9. A licitante vencedora não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

XVII - DO PRAZO DE VALIDADE E CANCELAMENTO DO CONTRATO

1. **O prazo de validade do Contrato será de 12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura.

2. O Contrato poderá ser alterado, cancelado ou suspenso conforme a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

XVIII - DAS PENALIDADES

1. O licitante, contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- 1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. A licitante e a empresa contratada se cometer qualquer infração ou descumprimento do previsto neste termo ou contrato deverá ficar sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:
- a) Advertência - inciso I, quando der causa a inexecução parcial do contrato;
 - b) Multa de até 10% sobre o valor total previsto ou contrato, quando descumprido qualquer cláusula do edital ou do contrato, que não a entrega do objeto - inciso II;
 - c) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor da contratada, caso haja atraso na assinatura do contrato, na apresentação de documentos solicitados, inclusive ART, bem como na execução do objeto, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).
 - d) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos - inciso III, quando cometido às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido às infrações administrativas previstas nos incisos



VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

3.1. A sanção de que trata a alínea “b” não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. As sanções das alíneas “d” e “e” não poderão ser aplicadas sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo Prefeito Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

3.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

3.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

3.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

3.8. O contrato poderá ser cancelado de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

- a)** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.
- b)** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a execução dos serviços.
- c)** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- d)** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas deste contrato, especificações ou prazos.

O cancelamento poderá ainda ocorrer quando houver:

- a)** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.
- b)** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.
- c)** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.



XIX - INEXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Havendo inexecução contratual a contratada responderá civil e criminalmente, podendo lhe ser aplicado administrativamente às sanções previstas em lei, dentre estas advertências, multa, suspensão na contratação com a administração ou declaração de idoneidade, sempre garantindo a ampla defesa e contraditório.

XX - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito municipal.

XXI - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

1. A partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente



contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XXII - DA SUBCONTRAÇÃO

1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3. A execução dos serviços deverá ser prestada por profissionais com vínculo junto a CONTRATADA, admitindo vínculo nos termos previstos na súmula 25¹ do TCE/SP.

XXIII – DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES

1. A gestão contratual será realizada por servidor devidamente nomeado conforme consta no Termo de Referência.

2. A fiscalização será realizada por servidor nomeado, em conjunto com a Comissão Especial da Festa do Peão nomeada por Decreto Municipal, a qual será responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, respondendo inclusive solidariamente com a Autoridade Máxima por eventuais danos causados por omissão.

3. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as previstas neste edital, no termo de referência e na legislação pertinente.

XXIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município e no Portal da Prefeitura Municipal, através de endereço eletrônico imprensaoficialmunicipal.com.br/promissao

¹¹Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
3. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro.
4. Será facultado o Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à (s) Secretaria (s) requerente (s) do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
5. O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
6. Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada nos termos previstos na lei e no presente Edital ou seus anexos, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
7. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
10. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
11. A anulação do procedimento licitatório induz a do Contrato ou da ata de registro de preço, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.



- 12.** O resultado da licitação será divulgado nos mesmos veículos de comunicação dispostos no presente Edital e estará disponível junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal.
- 13.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 14.** A proponente deverá indicar o Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail)), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 15.** O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município quanto do emissor.
- 16.** Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 17.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.
- 18.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- Anexo I** – Modelo de Declaração Unificada;
- Anexo II** – Minuta do Contrato;
- Anexo III** – Termo de Ciência e Notificação;
- Anexo IV** – Dados necessários para assinatura do contrato.
- Anexo V** – Croqui da Praça de Alimentação.

XXV - DO FORO

- 1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Promissão (SP), renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital.

Promissão/SP, 28 de junho de 2024.



ARTUR MANOEL NOGUEIRA FRANCO

Prefeito Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a Contratação de empresas especializadas para locação de equipamentos, organização e execução da Festa do Peão de Boiadeiro do município de Promissão, a ser realizada nos dias 01 a 03 de agosto de 2024.



JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que o mundo é constituído de histórias. De momentos, festas e tradições iniciados lá atrás, com fortes significados e conceitos, sendo essencial manter a chama de tudo isso bem acesa, para não se perder no tempo e, também, não tirar das próximas gerações o privilégio de vivenciar instantes tão importantes.

CONSIDERANDO que a Administração Municipal de Promissão, vem na busca de resgatar tradicionais festas do município, buscando manter a tradição na realização de grandes eventos.

CONSIDERANDO que o evento Festa do Peão por muitos anos movimentou nossa cidade trazendo entretenimento e diversão aos munícipes, além de grande fomento a economia local.

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal possui recursos já planejados para este fim com o respectivo Calendário Único de Eventos 2024.

ESPECIFICAÇÕES

VIDE ADENDO

DA VISTORIA

Não há necessidade de visita técnica ao local de instalação, face ao objeto, não havendo impedimento que a empresa interessada proceda a visita no mesmo.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação através da Lei Federal nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação cabe mencionar que o objeto é complexo, sendo a execução em um formato que não poderá haver qualquer falha – simples situações, ainda que hipotética-demonstram enormes problemas na execução.

Sabe-se que para realização de um evento nessa magnitude, a Prefeitura Municipal está promovendo diversas contratações, como a exemplo de grandes shows com artistas renomados, a valores significativos, logo é primordial que as empresas a serem contratadas para a execução dos serviços mencionados neste termo, sejam capazes de executa-los, sem risco ao município, que venham a prejudicar ou mesmo impossibilitar a realização.



Não poderá haver riscos de às vésperas do evento, ocorrer falhas ou o objeto não ser executado conforme as exigências, vista que isso resultaria em enormes prejuízos financeiros à Prefeitura Municipal e até mesmo na impossibilidade de realização do evento

Nesse sentido, requeremos que a habilitação anteceda a fase análise de propostas, lances e julgamento, conforme dispõe o § 1º, do artigo 17, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser comprovando os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- No caso de empresa licitante que esteja em recuperação judicial, apresentar nos termos da Lei, cópia do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital, nos termos da Súmula 50 do TCE/SP.

Qualificação Técnica Operacional



LOTES 01, 02 e 03:

- **Capacidade técnica operacional:** comprovada por meio de ATESTADO fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, de acordo com SÚMULA Nº 24 - a ser realizada mediante apresentação de atestados, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (quando for o caso), admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% da execução pretendida.

- O documento deverá ser apresentado em papel timbrado, assinado e identificado o subscritor, e conter as informações básicas: identificação dos elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades executadas.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- Fica esclarecido que as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacidade técnico-operacional exigida neste subitem.

Qualificação técnica operacional específica para LOTE 01

- Certificado de Regularidade da Pessoa Jurídica (licitante) junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMVSP), conforme inciso V, do artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/2021;

- Registro (licitante) na Coordenadoria de Defesa Animal, como entidade promotora de eventos de concentração animal, em cumprimento ao que preceitua o artigo 37 de Decreto nº 45.781 de 27/04/2001, que regulamenta a Lei 10.670 de 24/10/2000, que estabelece as normas de medidas de Defesa Animal do Estado de São Paulo; conforme inciso V, do artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/2021

- Comprovação de que possui no quadro da empresa médico veterinário que será responsável pela execução do contrato. Essa comprovação se dará pela apresentação do “Registro do médico veterinário no respectivo Conselho de Medicina Veterinária”, acompanhado de, no caso de sócio, contrato social, ou por registro em carteira ou por contrato de prestação de serviços, conforme inciso V, do artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/2021;

- O profissional deverá estar devidamente credenciado na Secretaria da Agricultura, para acompanhar todos os serviços desde a chegada dos animais ao evento até o término.



Responsabilizar pelo GTA (Guia de Trânsito Animal) e Liberação do Evento, fazendo-se através de cadastro no EDA (Escritório de Defesa Agropecuária). Essas comprovações se darão pela apresentação do “Certificado de Cadastro para realização de Eventos de Concentração Animal” em cumprimento à Lei Federal 10.519/2002 e Lei Estadual 10.670 de 24/10/2000.

Qualificação técnica operacional específica para o LOTE 2

- Comprovante de registro nos órgãos competentes (Ministério da Justiça e Polícia Federal) para as empresas que participarem **do LOTE 3** - serviços de segurança.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os balizamentos dos preços deverão ser conforme regra o artigo 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, como o valor contratado pela própria administração, por demais órgãos públicos ou mediante cotação de preço em empresas do ramo, observando neste caso também a similaridade.

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o recebimento e julgamento das propostas.

O valor previsto para praça de alimentação, parque de diversão, publicidade, estacionamento, camarotes e restaurante, tem por base o valor cobrado no ano anterior.

Quanto ao valor da premiação, também tem por base a contratação em ano anterior, observando que essa é mínima, podendo ser em valor superior, a depender da etapa contratada pela vencedora.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para a cobertura da presente contratação serão cobertas por dotação orçamentária vigente no exercício de 2024, a serem verificados no momento da solicitação.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E LOCAL

Esses Serviços e Materiais deverão ser executados conforme descrito neste termo, devendo estar totalmente instalados em até 05 (cinco) dias úteis anterior ao início da Festa do Peão.

A instalação deverá ocorrer nos locais determinados pela administração, que constará na ordem de serviço, sempre dentro do município de Promissão.



A praça de alimentação deverá seguir rigorosamente o CROQUI elaborado pela administração, sob pena de aplicação das sanções legais, previstas em contrato e em lei.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- Recusar o recebimento dos serviços se não estiverem de acordo com a especificação apresentada;
- A Contratante obriga-se a cumprir todas as exigências contidas no presente Termo de Referência e no Contrato a ser firmado.
- Comunicar imediatamente a vencedora qualquer irregularidade o fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido, para que seja providenciada a regularização/substituição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação.
- Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal e recibo no setor competente;
- Promover a solicitação da execução do objeto conforme a necessidade, indicando o local da execução, bem como o servidor que procederá com o acompanhamento, o qual deverá atestar a execução;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência e Contrato;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- Aplicar sanções à contratada ou rescindir o contrato, por descumprimento contratual;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Promover a execução decorrente desta contratação na forma e condições determinadas neste Termo de Referência, no Edital e Minuta do Contrato;
- Responsabilizar-se pela execução nas condições avençadas nos locais e prazos determinados pela Prefeitura Municipal;
- Atender prontamente a quaisquer exigências da Prefeitura Municipal, inerentes ao objeto do presente Termo e do contrato.
- Sanar, sem ônus para o Contratante, todas as falhas técnicas que porventura venham a ocorrer;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação dos serviços, sendo de inteira responsabilidade da contratada a contratação de funcionários à perfeita execução do objeto;
- Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente e ressarcir eventuais danos de quaisquer naturezas que vier a causar a Contratante, seus funcionários ou a terceiros em razão de ação ou omissão, doloso ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito;
- Comunicar, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar, a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Executar o objeto de acordo com as condições definidas neste Termo de Referência;
- Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela PREFEITURA;
- Responder pelo pagamento dos salários devidos pelo pessoal utilizado e atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como as despesas com fretes decorrentes da execução do Contrato, isentado expressamente a prefeitura de quaisquer responsabilidades por estes encargos;
- Apresentar sempre que solicitados, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às condições assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;



- Responsabilizar-se por danos causados diretamente à PREFEITURA MUNICIPAL ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- Manter as mesmas condições de qualificação exigidas em lei durante toda a execução contratual;
- Indicar, antes da assinatura do contrato o preposto que irá representar a contratada durante a execução contratual.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de execução, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;



O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Em que pese à nomeação da fiscal do contrato, esta somente poderá atestar a execução dos serviços executados nos demais setores ou divisões, mediante relatório emitido pelo encarregado daquele.

O presente contrato terá como fiscal o Sr. JOÃO VICTOR OLIVEIRA SILVA, Secretário Municipal de Obras, e a gestão será feita pelo Sr. FRANCISCO ROBERTO CARDIN, Secretário Municipal de Administração, nos termos do artigo 117, da Lei Federal nº 14.1433/2021.

CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos devidos ao contratado serão efetuados pela Tesouraria desta Prefeitura, no prazo de até 10 (dez) dias após a prestação de serviço, mediante apresentação de notas fiscais/faturas devidamente empenhadas, acompanhadas de relatório dos serviços prestados, assinado pelo fiscal do contrato.

Em sendo serviços de instalação de equipamentos, após a conclusão da instalação, conferida pelo fiscal do contrato e apresentação de documentos necessários, poderá ser efetuado o pagamento.

O pagamento será efetuado através de boleto bancário, transferência bancária, depósito em conta corrente ou ainda através de pix, sendo vedado negociar seus créditos com terceiros, dúvidas e informações poderão ser encaminhadas através do e-mail: licitacao@promissao.sp.gov.br.

O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades executadas, conforme tabela constante nesse termo.



Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice utilizado para correção anual dos tributos municipais.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Não será permitida a antecipação de pagamento anterior à execução dos serviços.

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Havendo para o Lote I proposta negativa, em decorrência do desconto pertinente aos itens relacionados, a contratada deverá promover o pagamento aos cofres públicos da diferença em até 5 (cinco) dias anterior ao início do evento.



DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado e nem reequilibrado, em decorrência do objeto e prazo de execução, salvo em ocorrendo eventual prorrogação da vigência contratual, ocasionado por responsabilidade da CONTRATANTE.

DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

Havendo inexecução contratual a contratada responderá civil e criminalmente, podendo lhe ser aplicadas administrativamente as sanções previstas em lei, dentre estas advertências, multa, suspensão na contratação com a administração ou declaração de idoneidade, sempre garantida a ampla defesa e contraditório.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS e RESCISÃO DE CONTRATO

A licitante e a empresa contratada se cometer qualquer infração ou descumprimento do previsto neste termo ou contrato deverá ficar sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:

- a) Advertência - inciso I, quando der causa a inexecução parcial do contrato;
- b) Multa de até 10% sobre o valor total previsto ou contrato, quando descumprido qualquer cláusula do edital ou do contrato, que não a entrega do objeto - inciso II;
- c) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor da contratada, caso haja atraso na assinatura do contrato, na apresentação de documentos solicitados, inclusive ART e a etapa a ser realizada do circuito, bem como na execução do objeto, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).
- d) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos - inciso III, quando cometido às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido às infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

A sanção de que trata a alínea “b” não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

As sanções das alíneas “d” e “e” não poderão ser aplicadas sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.



A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo Prefeito Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

O contrato poderá ser cancelado de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

- a) Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.
- b) Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a execução dos serviços.
- c) Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- d) Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

O cancelamento poderá ainda ocorrer quando houver:

- a) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.
- b) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.
- c) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de 01 (um ano) ano, contados a partir da data de assinatura do contrato.

DA SUBCONTRAÇÃO



A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A execução dos serviços deverá ser prestada por profissionais com vínculo junto a CONTRATADA, admitindo vínculo nos termos previstos na súmula 25² do TCESP.

DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

Para a presente contratação não há necessidade de exigência de garantia de contratação.

DA PUBLICIDADE

Os extratos dos instrumentos (Edital e Contrato Administrativo) serão publicados no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

FRANCISCO ROBERTO CARDIN

Secretário Municipal de Administração

²⁵Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



ADENDO

*****TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS LOTES DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS PARA TODOS OS DIAS DA FESTA, OU SEJA, DE 01 a 03 DE AGOSTO DE 2024, COM EXCEÇÃO PARA AQUELES QUE A ESPECIFICAÇÃO É DIVERSA*****

LOTE 01 – ORGANIZAÇÃO DA FESTA DO PEÃO EM GERAL.



ITEM 01:

01 ANIMADOR DE ARENA em cada dia: profissional para animação de arena durante o evento.

ITEM 02:

02 COMENTARISTAS em cada dia: Profissionais responsáveis pelo comentário das montarias.

ITEM 03:

01 JUIZ DE BRETE em cada dia: Profissional para o rodeio

ITEM 04:

01 LOCUTOR COMERCIAL em cada dia: Profissional responsável pela divulgação dos investidores

ITEM 05:

02 LOCUTORES PARA RODEIO em cada dia: Profissional renomado para narrar o rodeio

ITEM 06:

02 JUÍZES PARA O RODEIO em cada dia: Profissionais renomados e devidamente atualizados com as regras vigentes. Este será responsável pelo julgamento das atividades do rodeio.

ITEM 07:

01 LAÇADOR em cada dia: Profissional da área, responsável pela retirada dos animais da arena, quando assim solicitado ou perceber a necessidade. Este profissional deverá possuir os animais para manejo e equipamentos necessários para a realização do trabalho.

ITEM 08:

03 PORTEIREIRO Sem cada dia: Profissional experiente, responsável pela abertura do brete, quando assim autorizado pelo peão.

ITEM 09:

03 SALVA-VIDA Sem cada dia: Profissionais extremamente preparados, responsáveis pela segurança do competidor dentro da arena.

ITEM 10:

01 FISIOTERAPEUTA PROFISSIONAL em cada dia.

ITEM 11:

01 EQUIPE DE MIDIA fotos e vídeos em cada dia: (aftermovie) profissional, conforme solicitado pela organização do evento. Para fazer toda a cobertura do evento, nos dias 01 a 03 de agosto de 2024 com imagens diárias, produzindo um vídeo para cada dia de evento, com filmagens terrestres e drones. Produzindo também vídeo de encerramento fazendo um resumo de como foi a festa nos dias anteriores.

ITEM 12:

01 FOTÓGRAFO PROFISSIONAL em cada dia

ITEM 13:



CONTRATO DE TRABALHO de todos os profissionais de rodeio, dentre eles os competidores conforme a Lei federal nº10.220.

ITEM 14:

SEGURO DOS PEÕES e PÚBLICO - competidores, conforme lei 10.220/2001, bem como de todos os profissionais envolvidos no rodeio e demais provas e de todo público presente.

ITEM 15:

01 VETERINÁRIO em cada dia: Profissional responsável pela recepção dos animais que participarão do evento, bem como do bem estar conforme legislação vigente. Este profissional estará vinculado também a todas as provas que acontecerão do início ao término do rodeio e deverá possuir toda a documentação junto a Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

ITEM 16:

01 PRODUÇÃO DE ABERTURA PARA O RODEIO: sendo um cenário diferente por noite

ITEM 17:

01 (UMA) ETAPA DE CIRCUITO DE RODEIO COM RENOME NACIONAL (EMPRESA ORGANIZADORA DE RODEIO) – para organizar as montarias, peões, sorteios, computação dos pontos, classificação, etc.

: opções:

IPR Tour

EkipRozeta

BGB ACR

PBR

ENTRE OUTROS

Obs: A vencedora do Lote 01, referente a esse item, deverá apresentar em até 05 (cinco) dias úteis da homologação e anterior a assinatura do contrato a ETAPA DE REALIZAÇÃO DO CIRCUITO, inclusive com a identificação dos profissionais tais como: Animador de Arena, Comentarista, Juiz de Brete, Locutor Comercial, Locutores para Rodeio, Juizes para o Rodeio, Equipe de Mídia e Fotografo Profissional, para fins de aprovação pela comissão especial do Rodeio, sendo que em caso de reprovação, o contrato não será concluso.

ITEM 18:

PREMIAÇÃO PERTINENTE AO RODEIO, no valor de R\$ 25.000,00.

ITEM 19:

FORNECIMENTO DE TOUROS para todos os dias – 70 (TOUROS) SAÍDAS e 12 (TOUROS) RESERVAS - distribuídas as saídas para os 03 (três) dias de eventos para o rodeio profissional: sendo 04 (quatro) boiadas diferentes. O transporte dos animais será de responsabilidade de seus respectivos donos, onde os touros deverão entrar e sair do recinto embarcados em caminhões apropriados.



ITEM 20:

FECHAMENTO para todos os dias: 1.000 (um mil) metros lineares de fechamento em chapas divisórias em estrutura metálica, com travas de encaixa, travessa e suporte de fixação, acabamento galvanizado e sem porteiros, peças com medida 2 metros de comprimento por 2.20 metros de altura, com portões para saídas de emergência e tráfego de veículos e pessoas, todas da mesma cor

ITEM 21:

PALCO: Um Palco com no mínimo 15,00 x 10,00 metros e no mínimo 2,20 metros de altura, em estrutura metálica, com piso de madeirite naval emborrachado e uma escada de acesso, as laterais terão 10 metros em cada extremidade, com duas áreas de serviço medindo 25 m², ou seja, 5,00 x 5,00 m em uma das laterais e também com 02 camarins completos, medindo 4,00 x 4,00 m cada, em octanorm, com toda estrutura necessária conforme exigência dos artistas.

ITEM 22:

PAINEL LED ALTA DEFINIÇÃO P.6 para todos os dias: Fornecimento de **02 (dois) painéis** de Led alta definição P.6 para uso interno ou externo, formado por placas diversas, para montagem de formato mínimo de 3m x 4m, possuir equipe para montagem, desmontagem e execução, inclusive suporte técnico para operação do sistema, software e hardware adequados para uso em caso de dois painéis para transmissão sincronizadas entre si (mesma imagem), ou independentes (imagens diferentes uma de cada painel), ou mista as duas intercaladas, deve ser montado em estrutura própria adequada em alumínio e peças Q30 e P50, possuir mainpower adequado e estabilizado, deverá estar adequada as normas vigentes, ABNT, CREA-SP e bombeiros, e inclusive as de segurança, sempre que necessário a empresa deverá apresentar ART dentro das necessidades para AVCB, e sempre que requisitada e em tempo determinado deverá apresentar documentação requerida, sempre que necessário a prefeitura de Promissão requisitará visita técnica para verificação de existência e conservação, todo equipamento e materiais devem ter identidade visual, a equipe de trabalho deve estar asseada, uniformizada e identificada além de capacitada, não será aceito equipamentos em mau estado de conservação e inclui-se também a pintura, não será aceito equipamentos com gambiarras ou adaptações, deve se equipamento com procedência, a empresa deverá adequar-se para atender na íntegra as exigências do evento,

ITEM 23:

06 TENDAS 5,00 X 5,00 METROS para todos os dias:- Tenda padronizada de alta resistência e autoextinguível em lona antichamas conforme a norma da ABNT NBR 11.948; tamanho 5mx5m; em estrutura metálica; modelo piramidal; estrutura com sistema de auto drenagem superior; laminado de PVC calandrado com reforço de tecido poliéster de alta tenacidade; tratamento químico contra mofo, fungo; anti-raios ultra violetas e infra vermelhos; auto extinguível; resistência a rasgos, suporta ventos em conformidade com normas ABNT NBR 6123; sem piso; cor branca;

ITEM 24:

TENDAS 10,00 x10,00 METROS para todos os dias: - Um total de 12 (doze) tendas piramidais medindo 10,00x10,00 metros com capacitação de água calhas de 10 metros acopladas ou não em chapas medindo 3 mm. Pés de apoio medindo 1,00x1,00, sendo seu travamento em barras de 50 MM, com altura de, no mínimo 4,0 metros. As lonas piramidais medindo 10,00x10,00 na cor branca, térmica, com retardante de chama, anti raio ultravioleta e não translúcida, será usada para cobertura.

ITEM 25:



CAMAROTES COBERTOS, ENVELOPADOS COM 01 BISTRÔ E 04 BANQUETAS POR CAMAROTE para todos os dias - No mínimo 124 (cento e vinte e quatro) camarotes com no mínimo 2,30x2,30 m. cada divididos em 05 plataformas, contendo bistrô, e 04 banquetas por camarote, deverão ser montados conforme especificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e instrução Técnica e não Técnica número 11 e 12 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo em vigor, confeccionada em estrutura metálica tubular pintado (em perfeitas condições de uso e apresentação) com medidas mínimas de 6,00 m² cada camarote, de perfeito encaixe com tubos SAE 1010/1020. As armações são providas de contraventamentos laterais na forma de painéis treliçados, ligados na estrutura principal por meio de pinos e travas de encaixe, as armações treliçadas, escadas, contraventamentos, corrimões e parapeitos são fabricados com tubos de aço carbono com costura, formados à frio, para uso industrial (NBR8261), a ossatura dos assentos é formada por perfil metálicos, fechados com compensado naval (cola fenólica), aparafusados ou arrebiteados na ossatura metálica, a montagem dos painéis é feita através de encaixes perfeitamente alinhados, travas e pino, o nivelamento da estrutura como um todo é feito por meio de macacos mecânico tipo parafuso, porca e borboleta, as armações são dimensionadas para suportar carregamento de 450kg/m² proveniente dos assentos conforme exigências da NBR 6120/1980. O Camarote ainda deve ter duas áreas em suas extremidades com piso elevado de no mínimo 100,00 m², material confeccionado em estrutura metálica tubular galvanizado de perfeito encaixe com tubos SAE 1010/1020. As armações são providas de contraventamentos laterais na forma de painéis treliçados, ligados na estrutura principal por meio de pinos e travas de encaixe, as armações treliçadas, escadas, contraventamentos, corrimões e parapeitos são fabricados com tubos de aço carbono com costura, formados à frio, para uso industrial (NBR8261), a ossatura dos assentos é formada por perfil metálicos, fechados com compensado naval (cola fenólica), aparafusados ou arrebiteados na ossatura metálica, a montagem dos painéis é feita através de encaixes perfeitamente alinhados, travas e pino, o nivelamento da estrutura como um todo é feito por meio de macacos mecânico tipo parafuso, porca e borboleta, as armações são dimensionadas para suportar carregamento de 450kg/m² proveniente dos assentos conforme exigências da NBR 6120/1980. A área terá disponibilidade de 100,00 m² e deverá ter altura máxima de 1 m do solo.

OS ENVELOPAMENTOS devem ser em helanca tensionada, envelopados com tecidos anti-chamas, inclusive a parte frontal e a parte posterior de cada camarote e de toda a estrutura, nas cores vermelha ou azul, devendo estar em ótimo estado de conservação, limpeza e apresentação, colocação de carpete, bistrô com banquetas.

A COBERTURA DOS CAMAROTES, sendo o centro, com tendas piramidais/chapéu de bruxa de no mínimo 10,00m x 10,00m, com pés direitos de no mínimo 8,00m de altura, corredores laterais com tendas piramidais/ chapéu de bruxa de no mínimo 10,00m x 10,00m, com pés direitos de no mínimo 8,00m, interligando os pés, treliças de 10,00m e treliças de 10,00m, interligando com calhas auto acopláveis.

Na entrada dos camarotes deverá ser montado LOUNGE/BAR DE ENTRADA, com medidas mínimas de 10x10 m com piso elevado na altura 1 m, coberto com tenda piramidais/chapéu de bruxa de no mínimo 10,00m x 10,00m montados nas mesmas especificações de estruturas dos camarotes com escadas, parapeitos respeitando todas as normas estabelecidas já ditas anteriormente.

ITEM 26:

GERADORES composto (3 funcionando e 1 stand by): Um total de 04 (três) geradores, INCLUINDO COMBUSTÍVEL, de no mínimo 260kva, em perfeito estado de conservação, sendo 01 (um) de stand by, devendo estes, possuir QTA (Quadro de Transferência Automática). Gerador 260 kva + estabilizado,



silencioso, com proteção adequada, quadro de comando e distribuição completo e quadro de transmissão automática externo próximo ao poste, tanque de combustível, com óleo diesel e todas as despesas por conta da empresa com autonomia de até 12 horas de uso contínuo, estar dentro das normas vigentes técnicas, ABNT, CREA-SP, bombeiros, inclusive a de segurança, ter extintor próprio e dentro das normas vigentes, possuir técnico e equipe para conexão de cabeamento, manutenção e operação, a empresa locadora deverá possuir todo material para a realização como, conectores, transporte, diárias de equipe, alimentação, hospedagem, ferramentas, combustível, ter no mínimo cabos de ligação de no mínimo 50 mm a 240mm, deve possuir técnico para operação, ferramentas, conectores, instrumental de medição disponível durante o evento e tudo que se fizer necessário para a execução do trabalho e possuir técnico responsável e ART, não será aceito equipamento em mau estado de conservação, com ruídos, barulho e ou com adaptações tipo gambiarras, a prefeitura a qualquer momento pode requisitar visita técnica a locadora para verificação de existência, de funcionamento e conservação, a secretaria da cultura designará um servidor para esclarecimentos de dúvidas, e as orientações que se fizerem necessárias.

ITEM 27:

ARENA, BRETE, CURRAL E EMBARCADOR para todos os dias, sendo: Arena para rodeios em bom estado de conservação, nos padrões exigidos, com dimensões; 08 (oito) bretes na frente da arena, sendo 04 (quatro) de cada lado, todos com porteira, devendo, ainda, possuir 03 (três) bretes de fundo de cada lado; Currais com capacidade para comportar 60 (sessenta) touros; 02 (duas) passarelas de travessia; A arena deve possuir 06 (seis) portões de acesso, medindo 3,00m (três metros) de largura cada;

ITEM 28:

ILUMINAÇÃO PARA A ARENA composta por no mínimo 08 (oito) torres de box-truss com 16 (dezesesseis) mini-brutts, 08 (oito) Led's coloridos nas torres 08 (oito) moving light de 500 (quinhentos) Watts, 04 (quatro) máquinas de fumaça, 04 (quatro) strobos de 3.000 (três mil) Watts; e para os camarotes e arquibancadas com no mínimo 30 (trinta) HQL coloridos de 400 (quatrocentos) Watts cada.

ITEM 29:

CATRACAS para todos os dias: um total de 8 (oito) catracas eletrônicas para controle individualizado de entrada no Recinto para fins de segurança e controle de público.

ITEM 30:

PROJETO TÉCNICO, SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA/EMERGÊNCIA DO LOCAL: Fornecer projeto técnico do evento, atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros, bem como o fornecimento de sinalização do local do evento com placas de segurança tais como (saída, entrada, escada, extintores, saída de emergência, placas indicativas da quantidade/capacidade de pessoas, etc.), e também fornecer equipamentos de segurança tais como (extintores, luzes de emergência, etc.), conforme aprovação e exigências do Corpo de Bombeiros, devendo estar montados no máximo um dia antes do início do evento.

ITEM 31:

PULSEIRAS: 8.000 (oito mil) pulseiras de identificação, conforme solicitação.



ITEM 32:

CARREGADORES: fornecimento de 8 (oito) profissionais por dia no período solicitado.

ITEM 33:

DJ. 01 (um) DJ profissional para todos os dias do evento, após o término dos shows artísticos.

ITEM 34:

SERVIÇOS DE ELÉTRICA: rede elétrica de baixa tensão com locação e instalação de refletores HQI 400watts coloridos e brancos no barracão, nas tendas e instalações elétricas e iluminação de emergência, nos camarins, arquibancadas, tendas e camarotes, e em todo o recinto. Ligação de Barracas junto a rede elétrica e instalação de sistema SPDA.

ITEM 35:

HOSPEDAGEM PARA EQUIPE TÉCNICA E ALIMENTAÇÃO PARA EQUIPE TÉCNICA E PEÕES

ITEM 36:

SISTEMA DE SOM DE GRANDE PORTE PARA SHOWS E RODEIO CONFORME RIDER DOS ARTISTAS-ESPECIFICAÇÕES: Relação dos equipamentos de som:

P.A

– 12x12 LineArray, Nacional ou Importado Mesa – Console PM 5D rh , CL5 , MIDAS PRO2, LINHA Vi NÃO ACEITAMOS OUTROS CONSOLES. 02 - Equalizadores estéreos de 31 Bandas e 1/3 oitavas (stand by) 04 - Processadores de Efeitos (spx 990 ou similar) (stand by) 10 - Compressores (stand by) 06 - Gates (stand by) 01 - CD Player 01 - MD player/Recorde 01 - Sistema de PA stereo LR (Indispensável), se necessário CENTER FILL e TORRES DE DELAY *08 CLAMPS *02 AMPLIFICADORES DE GUITARRA (somente MODELOS FENDER TWIN ou FENDER DEVILLE, e MARSHALL VALVE STATE) OBS: 1 PARA USO E OUTRO STANDBY *01 AMPLIFICADOR BASS (GK 800, HARTKE ou AMPEG) *13 PRATICÁVEIS 01 SUB de BATERIA INTERCOM entre PALCO e P.A.

BACK LINE

BATERIA: Bateria PEARL, MAPEX, ODERY, RMV ROAD (a partir de 2004) ou YAMAHA. (OBS. As peles precisam ser novas e hidráulicas, Tons 12, 14, 16 ou 18. Entrar em contato caso seja diferente a configuração da bateria 12 PRATICÁVEIS PANTOGRAFICOS / OU 12 PRATICÁVEIS TELESCOPICOS, SENDO 06 DE 40 cm E 06 DE 80 cm.

MONITOR

Via 1 - Vocal (WIRELESS) Via 2 - Vocal (WIRELESS) Via 3 - ACORDEON L (WIRELESS) Via 4 - ACORDEON R (WIRELESS) Via 5 - GUITARRA E VIOLÕES 1- L (WIRELESS) Via 6 - GUITARRA E VIOLÕES 1- R (WIRELESS) Via 7 - KEYS L (WIRELESS) Via 8 - KEYS R (WIRELESS) Via 9 - DRUMS L (XLR) Via 10 - DRUMS R (XLR) Via 11 - PERCUSSION (WIRELESS) Via 12 - PERCUSSION MONITOR MICHEL (2) Via 13 - GTR 2-L (WIRELESS) Via 14 - GTR 2-R (WIRELESS) Via 15 - BASS L (WIRELESS) Via 16 - BASS R (WIRELESS) Via 17 - MONITOR GROUND CENTER STAGE Via 18 - ROAD (WIRELESS) Via 19 - ROAD (WIRELESS) Via 20 - LED VIDEO (CABO XLR) Via 21 - SUB SERIOUS DRUMMER SIDE - STEREO A (PMD 5D) OU VIA 31 E 32(DIGI)



RIDER TÉCNICO ARTISTAS: INDEPENDENTE DO DESCRITIVO ACIMA DEVERÁ SER OBSERVADO O RIDER DOS ARTISTAS.

ITEM 37:

EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA SHOWS E RODEIO CONFORME RIDER DOS ARTISTAS- ESPECIFICAÇÕES

1- EQUIPAMENTOS REFLETORES*01 MULTICABOS DE 06 VIAS INDIVIDUAIS PARA SISTEMA DE LUZ. *16 BEAN 5R. *11 ELIPSO COM FOCO E IRIS (EM CANAIS INDIVIDUAIS).

*12 PAR 64 F#5 ARARA. *06 BLINDER 6 LÂMPADAS. 30 PAR LED. 02 CANHÕES SEGUIDORES HMI 1200 WATS COM OPERADORES INTERCOM HOUSEMIX/PALCO.

*02 MÁQUINAS DE FUMAÇA DMX COM FAN, ABASTECIDAS COM LÍQUIDO. *02 RACK DIMER 12 CANAIS COM SAÍDA 4 KVA. *01 GRAND MA LIGHT 2 / WING MA com 2 PORT NODE. *TRELIÇAS: 06m de ALTURA, LINHA FRONTAL DE 12m, LINHA LATERAL 08m, LINHA TRASEIRA de 12m e com 01 TRAVE TRAZEIRA INDIVIDUAL PARA O PAINEL e LIGADA AO grid por MÃO FRANCESA. OBSERVAÇÃO: O GRID DEVERÁ ESTAR TODO EM Q50, COM 4 LINHAS DE TRELIÇAS CONSOLES E DIMMERS Conforme Rider ChannelDimmer Rack / 4KVA EFEITOS 01 Maquina de fumaça – STAGE HAZE – DF50 ou ROSCO HAZE MAKER com 02 ventiladores 01 Maquina de fumaça DTS ou com bom controle de intensidade 03 pontos de intercom – clear com (palco – console – Canhões) GRIDE DE LUZ Sustentação do Sistema de Iluminação Conforme Rider de Iluminação OBS: TRUSS / Q50 Todas as estruturas com 4 parafusos Cintas e Manilhas em perfeito estado.

- EQUIPES TÉCNICAS TÉCNICO DE LUZ Montagem do sistema de iluminação Controle do rack-sistema Operação dos canhões seguidores

- FILTERS – ROSCO / LEE: COR QUANTIDADE CTB 3204 ROSCO 12 LAMPADAS PAR

CTB 32004 ROSCO 12 ETC INPUT LIST

ITEM 38:

EQUIPE RECEPTIVA E CONTROLADORA DE ACESSO DOS CAMAROTES E DAS MESAS DO RESTAURANTE: 6 pessoas por dia do período de 01 a 03.08.2024

ITEM 39:

PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS CAMAROTES: 124 (cento e vinte e quatro) unidades

ITEM 40:

SEGURO DOS VEÍCULOS de acordo com o art. 51, I, do Código de Defesa do Consumidor, enquanto o veículo se mantiver na área de estacionamento.

ITEM 41:

CONCESSÃO ONEROSA DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, PARQUE DE DIVERSÃO, PUBLICIDADE, ESTACIONAMENTO, CAMAROTES E RESTAURANTE:

- Valor a ser atribuído pelo Município no Edital de Licitação



CONCESSÃO ONEROSA DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E CAMAROTES

DAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DA PERMISSÃO DE USO

Da Abrangência do Objeto

O objeto da permissão de uso abrangerá:

- a. A exploração comercial da Praça de Alimentação com a comercialização e distribuição de bebidas e alimentação em geral, em caráter exclusivo pela LICITANTE durante o período estabelecido para o uso do Recinto de Eventos.
- b. 114 (cento e quatorze) CAMAROTES com comercialização em caráter exclusivo quanto a suas vendas, no valor máximo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada para o máximo de 10 pessoas, sendo que a concessão de eventual brinde será a critério da concessionária, não podendo ser agregado a valor.
- c. 60 (sessenta) mesas no espaço denominado RESTAURANTE, com comercialização em caráter exclusivo quanto à suas vendas, no valor máximo de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) cada para o máximo de 4 pessoas, sendo que a concessão de eventual brinde será a critério da concessionária, não podendo ser agregado o valor.

Do Período da Concessão de Uso

- a. A concessão onerosa de uso contemplará o período equivalente entre a instalação, montagem, realização do evento e desmontagem dos equipamentos, devendo ocorrer no período entre 15 dias anterior a data do início do evento até 10 dias após o último dia.
- b. A realização do evento propriamente dito deverá ocorrer nos dias 12 01 a 03 de setembro de 2024, sendo o evento alusivo ao FESTA DO PEÃO DE PROMISSÃO.
- c. Excepcionalmente, atendendo ao interesse da Administração Pública, o período da outorga de permissão de uso poderá ser alterado ou ampliado, desde que devidamente justificado.

Das Normas Gerais

a. Para a realização das atividades acima elencadas, a Concessionária poderá realizar subcontratações, sem que estas impliquem em relação jurídica com a Concedente.

b. A exploração comercial do evento, será de responsabilidade exclusiva da Concessionária, sendo que os espaços ora cedidos deverão estar disponíveis à Concessionária, livres e desimpedidos de pessoas, objetos e materiais no prazo estabelecido para a permissão de uso.

c. A Concessionária poderá locar a terceiros, parte do espaço objeto da concessão de Uso, sendo que, os valores decorrentes das locações pertencerão exclusivamente à Concessionária.

d. As barracas e todas suas instalações elétricas serão de responsabilidade da Concessionária, não sendo responsabilidade da Concedente sua montagem e/ou desmontagem, bem como sua manutenção.



e. A Concessionária não poderá cobrar pela utilização dos espaços públicos destinados às entidades sem fins lucrativos, tampouco utilizá-los durante o evento sem autorização expressa, reduzida a termo escrito.

f. As bebidas a serem comercializadas no evento deverão atender as indicações de marcas e preços estabelecidos neste Projeto, a saber:

f.1 Cervejas (**lata**): Skol, Brahma, Antarctica e Heineken ou outra aceita pela Prefeitura;

f.2 Refrigerantes (**lata**): Coca Cola e Antártica ou outra aceita pela Prefeitura;

f.3 Água (**garrafa 510ml**): Cristal, Minalba, Prata ou outra aceita pela Prefeitura.

g. Os preços deverão atender ao valor máximo definido pela Prefeitura, a saber:

g.1 Cervejas: **R\$ 8,00(Skol/Brahma/Antarctica) e R\$ 12,00 (Heineken) no dinheiro e no cartão de crédito/débito;**

g.2 Refrigerantes: **R\$ 8,00 no dinheiro e no cartão de crédito/débito Refrigerantes**

g.3 Água mineral: **R\$ 6,00 no dinheiro e no cartão de crédito/débito Água: R\$ 6,00**

h. A indicação se estende aos comerciantes que venham a locar espaços da CONTRATADA/Concessionária.

i. A CONTRATADA/Concessionária ficará responsável por fazer o controle de acesso das empresas e fornecedores nas dependências da Praça de Alimentação para fins de abastecimento, depósito e distribuição, resguardado o seu direito de não permitir a entrada de outras bebidas ou insumos comercializados por terceiros.

j. A Concessionária deverá arcar com responsabilidades e despesas de licenças, alvarás, aprovação do corpo de bombeiros e montagem e desmontagem de equipamentos;

k. A Concessionária fica terminantemente proibida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

DA VISTORIA TÉCNICA NO LOCAL

a. A visita técnica é recomendada/não obrigatória, contudo, para sua realização deverá ser efetuada por pessoa devidamente credenciada pela empresa.

b. A visita técnica se realizará até 01 (um) dia antes da sessão, devendo a referida visita ser agendada com antecedência, na Secretaria Municipal de Administração, pelo telefone (18) 36347-9900, de segunda a sexta-feira das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 16h00m.

c. No horário agendado, um funcionário da Prefeitura Municipal estará à disposição dos interessados para acompanhar e atestar as visitas.



d. Cada pessoa somente poderá representar uma empresa na visita técnica e deverá estar devidamente credenciado por ela, através de documento original, que deverá ser entregue no ato da visita ao Setor de Licitação.

e. A empresa receberá Atestado de Visita Técnica, que será fornecido pela administração.

f. Não será fornecido atestado de visita técnica para a empresa que descumprir quaisquer das exigências anteriores.

g. O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

h. O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá apresentar a declaração de que trata o item anterior no envelope “01 – HABILITAÇÃO”.

i. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor da concessão será de **R\$ 722.000,00 (setecentos e vinte e dois mil reais)**, o qual será descontado do valor previsto para pagamento do objeto que compõe este lote.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

a. Disponibilizar à Concessionária o espaço público destinado à outorga de uso no período estabelecido.

b. Notificar a Concessionária, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

c. Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.

d. Notificar a Concessionária, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades constatadas na execução dos serviços.

e. Acompanhar, fiscalizar e atestar cumprimento das obrigações pactuadas.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

a. Manter condições que possibilitem a execução do objeto licitado, a partir da data de assinatura do Termo de Outorga originado deste certame.

b. Instalar às suas expensas toda a infraestrutura necessária para o cumprimento do objeto desta permissão de uso.

c. Executar o objeto da licitação de acordo com o detalhamento e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, com as disposições do Projeto Básico e das previsões contidas no Edital.

d. Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução do objeto licitado. A Concessionária é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados e/ou prestadores de serviço,



inclusive por eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer, não podendo ser arguida solidariedade da Concessionária, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da Concessionária e a Concedente.

e. Conservar o imóvel, materiais e equipamentos cujo uso lhe é permitido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

f. Obter as autorizações e as licenças dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, que se fizerem necessárias ao exercício do encargo desta Permissão de Uso, assumindo o compromisso de manter-se em dia com as suas obrigações perante os órgãos de fiscalização competentes, notadamente os de natureza fiscal e sanitária.

g. Arcar com toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições Federais, Estaduais ou Municipais, que decorram direta ou indiretamente da execução do objeto da licitação, bem como da atividade para a qual a presente autorização é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas, securitários e despesas com direitos autorais junto ao ECAD, cabendo à Concessionária providenciar, especialmente, os alvarás, ART's e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis.

h. Responder civil e penalmente, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à Concedente ou a terceiros, tendo como agente a Concessionária, na pessoa de prepostos ou estranhos, bem como pela garantia e segurança dos serviços prestados e suas consequências.

i. Cumprir com os prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento para a prestação dos serviços ofertados, obedecendo às especificações do Projeto Básico.

j. Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas à Concedente por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do Termo, de Lei ou regulamento aplicável à espécie, por parte da concessionária.

k. Assegurar o acesso ao imóvel objeto da Permissão de Uso aos servidores da Concedente, ou de quaisquer outras repartições estaduais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do Termo de Outorga.

l. Contratar seguro que contemple eventual indenização por acidente com terceiros e que resguarde o Patrimônio Público.

m. Desocupar o imóvel e restituí-lo a Concedente, até 31 de dezembro de 2022, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa, respondendo pelos eventuais prejuízos causados ao Patrimônio Público, por meio da devida indenização ou reparação do bem ao seu estado original.

n. Não usar o imóvel senão na finalidade prevista no objeto da outorga.

o. Atender as normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com a legislação vigente.

LOTE 02 – SEGURANÇA DE APOIO, VIGILANTES, PORTEIROS, EQUIPE DE BRIGADISTAS E SOCORRISTAS

Item 42:

SEGURANÇAS DE APOIO PARA O EVENTO:

Fornecer um total de 135 (cento e trinta e cinco) seguranças distribuídos da seguinte maneira: 45(quarenta e cinco) seguranças por noite de evento.



Item 43:

EQUIPE DE BRIGADISTAS E SOCORRISTAS:

Fornecer um total de 15 (quinze) brigadistas de incêndio/socorristas, disponíveis durante a realização do evento, conforme Instrução Técnica da Brigada de Incêndio em vigor, sendo o público estimado para cada dia de evento entre 10.000 (dez mil) e 15.000 (quinze mil) pessoas. Os brigadistas de incêndio/socorristas serão distribuídos da seguinte maneira: 05 brigadistas por dia de evento

Disponibilizar pessoal especializado em apoio, organização, monitoramento e orientação do público.

Todas as pessoas devem ser vigilantes, com curso reconhecido pela Polícia Federal. **Em caso de terceirização desse serviço,** será obrigatória a apresentação dos documentos que autorizam a empresa de vigilância CONTRATADA a trabalhar nesse ramo, ou seja, deve a empresa ser cadastrada no Departamento de Polícia Federal;

Observação: A empresa vencedora deve se responsabilizar pela regularização dos mesmos junto aos órgãos competentes, sendo de total responsabilidade da contratada também os custos com transporte, alimentação, água, rádios, e todos os equipamentos necessário, etc.

Equipe de brigadistas e socorristas: Fornecer equipe de brigadistas de incêndio/socorristas, disponíveis durante a realização do evento, conforme Instrução Técnica da Brigada de Incêndio em vigor;

Observação: Os brigadistas/socorristas deverão estar presentes no evento durante a vistoria do Corpo de Bombeiros, para liberação do laudo, onde os mesmos serão questionados sobre as normas de primeiros socorros e combate a incêndio, conforme exigência e normas do Corpo de Bombeiro. - A empresa vencedora deverá se responsabilizar por todos os custos com transporte, alimentação, água, etc., de seus colaboradores.

OBSERVAÇÃO: Os interessados em participar do LOTE 02 referente à SEGURANÇAS DE APOIO, VIGILANTES, PORTEIROS, EQUIPE DE BRIGADISTAS E SOCORRISTAS deverá a participante apresentar como qualificação técnica o seguinte documento:

Atestado (s) passado (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em que conste como contratada o nome da licitante, com características semelhantes ao objeto do referido lote, com quantitativo mínimo igual a 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas para o mesmo, nos serviços considerados de maior relevância (conforme prevê a Súmula nº 24 do TCE/SP).

LOTE 03 – BANHEIROS QUÍMICOS E BANHEIROS DE LUXO (CONTAINERS)

PERÍODO DE LOCAÇÃO: 31.07.2024 a 03.08.2024

Item 44:

BANHEIROS QUÍMICOS: 70 (setenta) unidades de banheiros químicos POR DIA DE EVENTO, sendo: 02 (dois) para portadores de necessidades especiais; nas modalidades: masculino e feminino; fabricado em polietileno de alta densidade; resistente à tensão, compressão e tração; totalmente lavável; com telas superiores para ventilação e circulação de ar; teto translúcido inclinado; com cavaletes para impedir a



entrada da chuva; equipados com vaso sanitário com tanque para dejetos com acionamento através de bomba de pé e vaso sanitário com assento e cuba que impede a visualização dos dejetos por parte do usuário; com bomba de acionamento pelos pés para lavagem da cuba; pia; porta papel higiênico; porta papel toalha; saboneteira para sabão líquido; lixeiras; piso antiderrapante e sinalização livre/ocupado; trava interna e fechadura com indicador livre/ocupado externo; porta com 180º de abertura; com mola interna de alta resistência que a mantenha fechada; dimensões mínimas exigidas: altura: 2,24m, profundidade: 1,20m e largura 1,10m e peso aproximado de 80 kg, atendendo as exigências da fiscalização sanitária e as normas de segurança.

OBS: TODOS com capacidade mínima de 227 (duzentos e vinte e sete) litros, com placas de identificação (masculino e feminino), estando todos em bom estado de uso e conservação, com produtos anti-cheiro.

Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações para serviços dessa natureza, obedecendo às normas da Vigilância Sanitária, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Corpo de Bombeiros. A contratada deverá se comprometer a despejar os dejetos/resíduos em locais, ambientalmente, adequados para tal, respeitando as normas de vigilância ambiental e sanitária. Os banheiros deverão ser distribuídos nos locais determinados pelo **CONTRATANTE**.

Todos banheiros deverão ser limpos diariamente durante o evento, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

Item 45:

BANHEIROS DE LUXO - CONTAINERS:

BANHEIROS DE LUXO CONTAINER para uso exclusivo nos camarotes sendo:

- ✓ **Container feminino:** 07 (sete) boxes com vaso caixa acoplada, ar condicionado, 03 cubas com espelho, 01 (um) espelho de 0,70x 2.00, iluminação de led, saída de esgoto com cano de 100 polegadas, saída de energia com disjuntor, saída de água cano ¾.
- ✓ **Container masculino:** 09 (nove) mictórios com divisórias de acrílico, 02 boxes com caixa acoplada, ar condicionado, 03 cubas com espelho, iluminação de led, saída de esgoto com cano de 100 polegadas, saída de energia com disjuntor, saída de água cano ¾.

OBSERVAÇÃO –BANHEIROS QUÍMICOS e BANHEIROS DE LUXO (CONTAINERS) deverão apresentar como qualificação técnica, mediante exigência do atestado (s) passado (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em que conste como contratada o nome da licitante, com características semelhantes ao objeto do referido item.

Todos os banheiros deverão ser limpos diariamente e durante o evento, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, devendo ser mantido 01 (uma) para execução destes serviços durante o horário do evento.

Promissão (SP), 10 de junho de 2024.



Francisco Roberto Cardin
Secretário Municipal de Administração

TABELA PARA COTAÇÃO DE PREÇO

| TABELA COM VALORES UNITÁRIOS | | | | | |
|------------------------------|------------------------------------|---------|--------|------------|-------------|
| LOTE 01 | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | Unidade | Quant. | Vr. Diária | Valor total |
| 01 | ANIMADOR DE ARENA (1) | Diária | 3 | | |
| 02 | COMENTARISTA (2) | Diária | 6 | | |
| 03 | JUIZ DE BRETE (1) | Diária | 3 | | |
| 04 | LOCUTOR COMERCIAL (1) | Diária | 3 | | |
| 05 | LOCUTORES PARA RODEIO (2) | Diária | 6 | | |
| 06 | JUÍZES PARA RODEIO (2) | Diária | 6 | | |
| 07 | LAÇADOR (1) | Diária | 3 | | |
| 08 | PORTEIROS (3) | Diária | 9 | | |
| 09 | SALVA-VIDAS (3) | Diária | 9 | | |
| 10 | FISIOTERAPEUTA PROFISSIONAL (1) | Diária | 3 | | |
| 11 | EQUIPE COMPLETA DE MÍDIA (1) | Diária | 3 | | |
| 12 | FOTÓGRAFO PROFISSIONAL (1) | Diária | 3 | | |
| 13 | CONTRATO DE TRABALHO | Unidade | 1 | | |
| 14 | SEGURO DOS PEÕES/COMPETITORES | Unidade | 1 | | |
| 15 | VETERINÁRIO (1) | Diária | 3 | | |
| 16 | PRODUÇÃO DE ABERTURA PARA O RODEIO | Unidade | 1 | | |



| | | | | | |
|--------------------|---|---------|------|-----------|-----------|
| 17 | ETADA DE CIRCUITO DE RODEIO COM RENOME NACIONAL | Unidade | 1 | | |
| 18 | PREMIAÇÃO PERTINENTE AO RODEIO | Unidade | 1 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 19 | FORNECIMENTO DE TOUROS | Boiadas | 4 | | |
| 20 | FECHAMENTO | Metros | 1000 | | |
| 21 | PALCO | Unidade | 1 | | |
| 22 | PAINÉIS DE LED + RODEIO DIGITAL E FILMAGEM (2) | Unidade | 2 | | |
| 23 | TENDAS 5X 5 METROS (6 UNIDADES) | Unidade | 6 | | |
| 24 | TENDAS 10X10 METROS (20 UNIDADES) | Unidade | 12 | | |
| 25 | CAMAROTES (124 UNIDADES) | Unidade | 124 | | |
| 26 | GERADORES (4 UNIDADES) | Unidade | 4 | | |
| 27 | ARENA, BRETE, CURRAL E EMBARCADOR | Unidade | 1 | | |
| 28 | ILUMINAÇÃO PARA ARENA | Unidade | 1 | | |
| 29 | CATRACAS (8 UNIDADES) | Unidade | 8 | | |
| 30 | PROJETO TÉCNICO, SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS | Unidade | 1 | | |
| 31 | PULSEIRAS (8.000 UNIDADES) | Unidade | 8000 | | |
| 32 | CARREGADORES (8/DIA) | Diárias | 24 | | |
| 33 | DJ (1) | Dárias | 3 | | |
| 34 | SERVIÇOS DE ELÉTRICA | Unidade | 1 | | |
| 35 | HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO | Unidade | 1 | | |
| 36 | SISTEMA DE SOM | Unidade | 1 | | |
| 37 | SISTEMA DE ILUMINAÇÃO | Unidade | 1 | | |
| 38 | EQUIPE RECEDPTIVA E CONTROLADORA DE ACESSO | Diárias | 18 | | |
| 39 | PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO P/CAMAROTES (124) | Unidade | 124 | | |
| 40 | SEGURO DOS VEÍCULOS | Unidade | 1 | | |
| VALOR POR EXTENSO: | | | | | |

| LOTE 02 | | | | | |
|--------------------|---------------------------|---------|---------|-----------|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | Unidade | Quantde | Vr Diária | Valor total |
| 42 | SEGURANÇAS DE APOIO | Diária | 135 | | |
| 43 | BRIGADISTAS E SOCORRISTAS | Diária | 15 | | |
| TOTAL DO LOTE | | | | | |
| VALOR POR EXTENSO: | | | | | |

| LOTE 03 | | | | | |
|--------------------|--------------------------------|---------|---------|-----------|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | Unidade | Quantde | VrPeríodo | Valor total |
| 44 | BANHEIROS QUÍMICOS | Unidade | 70 | | |
| 45 | BANHEIROS DE LUXO – CONTAINERS | Unidade | 02 | | |
| TOTAL DO LOTE | | | | | |
| VALOR POR EXTENSO: | | | | | |

****OS DESCRITIVOS DE CADA ITEM ENCONTRA-SE NO ADENDO ABAIXO**



ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº

PROCESSO LICITATÓRIO Nº

MODALIDADE: CONTRATO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

“CONTRATO PARA AQUISIÇÃO _____” -

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio

Prefeitura Municipal de Promissão/SP

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*)



(*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

· Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

· Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

· Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

· Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

· Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

· Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

· Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: Banco: Agência:.....

· Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Cidade: Bairro:..... Rua:..... nº CEP:.....

Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL N.º __/2024** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.



.....,de de 2024.

(Local e Data)

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

Processo nº ____/2024

Pregão Presencial nº ____/2024

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Promissão/SP, no Estado do São Paulo, no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, na presença de duas testemunhas no final assinadas, compareceram as partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE PROMISSÃO-SP**, pessoa jurídica de direito público, sita à Rua, nº, inscrita no C.N.P.J. sob nº, neste ato representada por seu PREFEITO, Sr....., portador do RG nº ____ SSP/SP, inscrito no CPF-MF nº ____ e a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, sita na (ENDEREÇO), inscrita no C.N.P.J. sob nº e Inscrição Estadual nº, Inscrição Municipal nº neste ato representada por seu **Proprietário**, Sr., portador do R.G. nº, inscrito no CPF-MF nº, residente e domiciliado na (ENDEREÇO), a seguir denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato no qual se rege pela seguinte cláusulas e condições abaixo;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresas especializadas para locação de equipamentos, organização e execução da Festa do Peão de Boiadeiro do município de Promissão, a ser realizada nos dias 01 a 03 de agosto de 2024, pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.



1.2. Constitui parte integrante do presente CONTRATO, independente de sua transcrição, **o Anexo I (Termo de Referência)** bem como **a proposta da empresa vencedora do CONTRATO**, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO CANCELAMENTO DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. O prazo de validade do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.
2. Havendo a prorrogação e decorridos 12 (doze) meses da execução, a Contratada poderá, através de requerimento específico, solicitar a correção das bases contratuais, pedido que será recebido e analisado pela Administração que, em sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice do INPC/IBGE relativo ao período, devendo observar o desconto de eventuais reequilíbrios concedidos.
 - 2.1. O contratado será obrigado aceitar, as mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento, do valor inicial atualizado do contrato conforme artigo 125 da Lei 14.133/2021.
 - 2.2. O Contrato poderá ser alterado, cancelado ou suspenso conforme a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.
 - 2.3. **A gestão contratual será de servidor nomeado pelo Chefe do Executivo, especificamente para essa função.**
 - 2.4. O contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Secretário Municipal de Obras, JOÃO VICTOR OLIVEIRA SILVA.
 - 2.5. São atribuições do fiscal do Contrato:
 - a) Conferir o fornecimento do serviço, em comparação as disposições estabelecidas, atestando a sua entrega;
 - b) Supervisionar a execução do objeto contratual, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização de falhas ou de defeitos observados;
 - c) Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora da sua competência;
 - d) Exigir da CONTRATADA todas as providências necessárias à boa execução do contrato, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados.

2.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, LOCAL DE EXECUÇÃO

- 3.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses.
- 3.2. Esses Serviços e Materiais deverão ser executados conforme descrito neste termo, devendo estar totalmente instalados em até 05 (cinco) dias úteis anterior ao início da Festa do peão.
- 3.3. A instalação deverá ocorrer nos locais determinados pela administração, que constará na ordem de serviço, sempre dentro do município de Promissão.

CLAUSULA QUARTA –DO RECEBIMENTO DO OBJETO



4.1. O objeto da presente licitação será recebido pelo fiscal do contrato, ou pessoa por ela designada.

4.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração.
- b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração.
- c) só será emitido Atestado de Recebimento se atendidas as determinações deste Contrato e seus anexos;
- d) o recebimento não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto licitado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 Das obrigações da Contratada:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Promover a execução decorrente desta contratação na forma e condições determinadas neste Termo de Referência, no Edital e Minuta do Contrato;
- c) Responsabilizar-se pela execução nas condições avençadas nos locais e prazos determinados pela Prefeitura Municipal;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Prefeitura Municipal, inerentes ao objeto do presente Termo e do contrato.
- e) Sanar, sem ônus para o Contratante, todas as falhas técnicas que porventura venham a ocorrer;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação dos serviços, sendo de inteira responsabilidade da contratada a contratação de funcionários à perfeita execução do objeto;
- h) Responsabilizar-se civil, administrativa e penal e ressarcir eventuais danos de quaisquer naturezas que vier a causar a Contratante, seus funcionários ou a terceiros em razão de ação ou omissão, doloso ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito;
- i) Comunicar, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar, a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público;
- j) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



- k) Executar o objeto de acordo com as condições definidas neste Termo de Referência;
- l) Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela PREFEITURA;
- m) Responder pelo pagamento dos salários devidos pelo pessoal utilizado e atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como as despesas com fretes decorrentes da execução do Contrato, isentado expressamente a prefeitura de quaisquer responsabilidades por estes encargos;
- n) Apresentar sempre que solicitados, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às condições assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- o) Responsabilizar-se por danos causados diretamente à PREFEITURA MUNICIPAL ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- p) Manter as mesmas condições de qualificação exigidas em lei durante toda a execução contratual;
- q) Indicar, antes da assinatura do contrato o preposto que irá representar a contratada durante a execução contratual.

5.2. Das obrigações da Contratante:

- a) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- b) Recusar o recebimento dos serviços se não estiverem de acordo com a especificação apresentada;
- c) A Contratante obriga-se a cumprir todas as exigências contidas no presente Termo de Referência e no Contrato a ser firmado.
- d) Comunicar imediatamente a vencedora qualquer irregularidade o fornecimento do objeto lícito e/ou vício no produto adquirido, para que seja providenciada a regularização/substituição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação.
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal e recibo no setor competente;
- f) Promover a solicitação da execução do objeto conforme a necessidade, indicando o local da execução, bem como o servidor que procederá com o acompanhamento, o qual deverá atestar a execução;
- g) Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação;
- h) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- i) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência e Contrato;
- j) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- k) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- l) Aplicar sanções à contratada ou rescindir o contrato, por descumprimento contratual;
- m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos devidos ao contratado serão efetuados na Tesouraria desta Prefeitura, no prazo de até 10 (dez) dias após a prestação de serviço, mediante apresentação de notas fiscais/faturas devidamente empenhadas, acompanhadas de relatório dos serviços prestados, assinado pelo fiscal do contrato.



6.2. Em sendo serviços de instalação de equipamentos, após a conclusão da instalação, conferida pelo fiscal do contrato e apresentação de documentos necessários, poderá ser efetuado o pagamento.

6.3. O pagamento será efetuado através de boleto bancário, transferência bancária, depósito em conta corrente ou ainda através de pix, sendo vedado negociar seus créditos com terceiros, dúvidas e informações poderão ser encaminhadas através do e-mail fazenda@promissao.sp.gov.br.

6.4. O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades executadas, conforme tabela constante nesse termo.

6.5. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.8. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice utilizado para correção anual dos tributos municipais.

6.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.10. Não será permitida a antecipação de pagamento anterior à execução dos serviços.

6.11. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.12. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.13. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

CLAUSULA SETIMA – DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO OU REEQUILIBRIO DE PREÇOS

7. O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado e nem reequilibrado, em decorrência do objeto e prazo de execução, salvo em ocorrendo eventual prorrogação da vigência contratual, ocasionado por responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES



8. A licitante e a empresa contratada se cometer qualquer infração ou descumprimento do previsto neste termo ou contrato deverá ficar sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja:

- a)** Advertência - inciso I, quando der causa a inexecução parcial do contrato;
- b)** Multa de até 9 sobre o valor total previsto ou contrato, quando descumprido qualquer cláusula do edital ou do contrato, que não a entrega do objeto - inciso II;
- c)** Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor da contratada, caso haja atraso na assinatura do contrato, na apresentação de documentos solicitados, inclusive ART, bem como na execução do objeto, ainda que seja parcial ao solicitado, limitado a 30% (trinta por cento).
- d)** Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos - inciso III, quando cometido às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
- e)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido às infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

8.1. A sanção de que trata a alínea “b” não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. As sanções das alíneas “d” e “e” não poderão ser aplicadas sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo Prefeito Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.8. O contrato poderá ser cancelado de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

- a)** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.
- b)** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a execução dos serviços.
- c)** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- d)** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

O cancelamento poderá ainda ocorrer quando houver:



- a) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.
- b) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.
- c) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro desta Comarca de Promissão (SP), com exclusão de outro qualquer para dirimir as questões que surgirem referente a esta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa, na forma do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma estabelecida na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

10.2. Faz parte integrante deste Contrato, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº .../2024** e a proposta da empresa vencedora conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

10.3. A Contratada deverá manter, enquanto vigorar o contrato e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº .../2024**.

Promissão de de 2024.

.....
PREFEITO MUNICIPAL

.....
CONTRATADA

Testemunhas:

1.

2.



ANEXO III
TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Promissão

Contratada: _____

Contrato nº: _____

Objeto: Contratação de empresas especializadas para locação de equipamentos, organização e execução da Festa do Peão de Boiadeiro do município de Promissão, a ser realizada nos dias 01 a 03 de agosto de 2024.

Advogado(s)/ Nº OAB _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:



- a. o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Promissão/SP, ____ de _____ de 2024

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| Gestor do Órgão/Entidades | |
| Nome | |
| Cargo | |
| CPF | RG |
| Data de Nascimento | |
| Endereço Residencial Completo | |
| e-mail Institucional | |
| e-mail Pessoal | |
| Telefone | |
| Assinatura | |

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO

TRABALHANDO POR VOCÊ



| | |
|-------------------------------|----|
| Nome | |
| Cargo | |
| CPF | RG |
| Data de Nascimento | |
| Endereço Residencial Completo | |
| e-mail Institucional | |
| e-mail Pessoal | |
| Telefone | |
| Assinatura | |

| | |
|-------------------------------|----|
| <u>Pela CONTRATADA</u> | |
| Nome | |
| Cargo | |
| CPF | RG |
| Data de Nascimento | |
| Endereço Residencial Completo | |
| e-mail Institucional | |
| e-mail Pessoal | |
| Telefone | |
| Assinatura | |



ANEXO IV
DADOS NECESSÁRIOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

Contratada

Razão Social

CNPJ

Endereço

e-mail Institucional

Telefone

Nome do Representante
(Responsável pela assinatura do contrato)

Cargo

CPF

RG (órgão expedidor)

Data de Nascimento

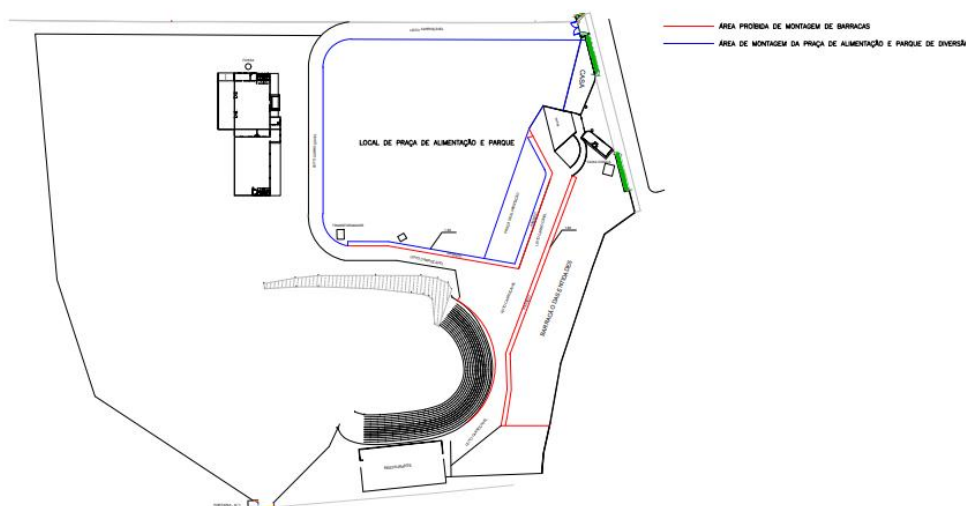
Endereço Residencial Completo



e-mail Pessoal

Telefone

ANEXO V
CROQUI DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO



OBS: É PROIBIDO A MONTAGEM DE BARRACAS NAS ÁREAS DELIMITADAS, CONFORME O MAPA. RESSALTANDO QUE É VEDADA A MONTAGEM NO LEITO CARROÇÁVEL.